



RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO: 09/2026

PROCESSO: 33/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro.

Trata-se da análise do pedido de impugnação, interposto tempestivamente, em 27 de abril de 2026, pela empresa **PROTEKTO SEGURANÇA ELETRÔNICA**, CNPJ sob o nº. 38.213.230/0001-01

DOS PLEITOS

1. A empresa impugna o Edital e o Termo de Referência, que atualmente permitem que "Técnicos em Eletrônica" ou "Telecomunicações" assumam a responsabilidade técnica pelos serviços. A impugnante argumenta que o serviço envolve instalação e manutenção de sistemas (CFTV, alarmes e sensores) em dezenas de prédios públicos e que a magnitude do projeto exige responsabilidade analítica exclusiva de engenheiros. Além disso, alega que a permissão para técnicos responderem por projetos desta escala comprometeria a segurança estrutural e operacional pretendida pela Administração. Ressalta que o CREA (Engenheiros) possui atribuições superiores ao CRT/CFT (Técnicos), sendo o primeiro o único capacitado para a responsabilidade civil e técnica em serviços complexos.
2. Protekto contesta a obrigatoriedade contida no item 4.2 do Termo de Referência, que exige a disponibilidade mínima de três veículos motorizados por turno para o atendimento de prontidão. Aponta que a exigência é um fator que limita a participação de empresas, sugerindo que a Administração deveria focar apenas no tempo de resposta (SLA).



DA ANÁLISE

A Administração do Município de João Monlevade, no âmbito de suas licitações, preza pela observância rigorosa dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sempre visando o melhor atendimento ao interesse público. Cada etapa do processo licitatório é conduzida com base nos princípios da probidade administrativa, igualdade entre os licitantes, planejamento adequado e transparência total dos atos, garantindo eficácia e a devida segregação de funções. As decisões são devidamente motivadas e vinculadas ao edital, com julgamento pautado em critérios objetivos que asseguram segurança jurídica, razoabilidade e ampla competitividade.

Além disso, a Administração se compromete com a proporcionalidade nas exigências, a celeridade dos procedimentos, a economicidade nas contratações e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, que são elementos fundamentais em suas licitações.

1. ADMISSIBILIDADE DE TÉCNICOS

Após análise detalhada das razões expostas, esta Pregoeira, subsidiada pelo responsável técnico, entende que a argumentação da impugnante é improcedente, conforme os fundamentos a seguir:

1.1. Autonomia e Competência dos Técnicos Industriais

A pretensão de exclusividade aos engenheiros desconsidera a evolução do ordenamento jurídico profissional. A Lei nº 13.639/2018 criou o Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT), conferindo plena autonomia a esses profissionais e retirando-os do sistema CONFEA/CREA. Portanto, a competência técnica para a execução de serviços não é mais exclusividade dos engenheiros, mas sim compartilhada conforme as atribuições legais de cada conselho.

1.2. Previsão Expressa na Resolução CFT nº 111/2020

No que tange à execução de serviços de segurança eletrônica, a Resolução CFT nº 111/2020, em seu Art. 3º, inciso XXV, assegura expressamente ao Técnico em Eletrônica a competência para: *"Projetar, executar e realizar sistemas de monitoramento de Circuito Fechado de Televisão - CFTV."*



1.3. Decisão Plenária CONFEA nº PL-0422/2018

A Decisão Plenária CONFEA nº PL-0422/2018 ratificou que Técnicos estão plenamente habilitados para elaborar projetos de instalações de circuitos fechados de TV (CFTV) e instalações de sistemas de vigilância, bem como fiscalizar a execução dos referidos projetos e certificar a aderência normativa das referidas instalações os seguintes, fundamentando-se no Decreto nº 90.922/1985.

*"[...] considerando que, nesse sentido, analisando os títulos profissionais reconhecidos pelo Sistema Confea/Crea, chega-se à conclusão de que **estão habilitados para elaborar projetos de instalações de circuitos fechados de TV (CFTV) e instalações de sistemas de vigilância, bem como fiscalizar a execução dos referidos projetos e certificar a aderência normativa das referidas instalações os seguintes:** Engenheiro de Comunicações, Engenheiro de Telecomunicações, Engenheiro em Eletrônica, Engenheiro Eletricista – modalidade Eletrônica, Engenheiro Industrial – Eletrônica, Engenheiro Industrial – Telecomunicações, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Produção – Eletricista e Engenheiro Industrial – Elétrica; considerando que tais profissionais devem possuir atribuições do art. 9º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do Confea, para se responsabilizar pela atividade objeto da consulta; **considerando que, da mesma forma, estão aptos os profissionais Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrônica – Telecomunicações, Técnico em Telecomunicações, Técnico em Eletroeletrônica e Técnico em Redes de Comunicação, com atribuições do Art. 4º do Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985;** [...]"*

1.4. Interesse Público e da Ampla Competitividade

A Administração Pública rege-se pelos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa. Restringir a responsabilidade técnica apenas a engenheiros, quando a legislação federal e as resoluções de classe garantem tal direito aos técnicos industriais, configuraria uma restrição indevida à competitividade. Tal medida limitaria injustificadamente o número de licitantes aptos, podendo elevar os custos da contratação sem que haja um ganho técnico comprovado, visto que ambos os profissionais (Engenheiros e Técnicos) possuem atribuições legais para o objeto em questão.



2. EXIGÊNCIA DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS

Após análise detalhada das razões expostas, esta Pregoeira, subsidiada pelo responsável técnico, entende que a argumentação da impugnante é improcedente, conforme os fundamentos técnicos informados pela área requisitante.

A exigência de um quantitativo mínimo de veículos e base local é uma medida de segurança operacional e gestão de risco fundamentada nos seguintes pontos:

2.1. Extensão Geográfica e Capilaridade:

O certame prevê o monitoramento de **67 instalações imediatas**. A localização dispersa desses prédios por todo o município exige meios físicos garantidos para o deslocamento simultâneo em caso de múltiplas ocorrências. A exigência desses veículos é proporcional à extensão do município e ao número de prédios.

2.2. Áreas de Risco e Incidência de Sinistros:

Levantamentos da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) indicam que diversas unidades estão em áreas isoladas ou de risco, com alta incidência de tentativas de furto e invasão.

A recorrência de tentativas de furto, invasões e atos de vandalismo dos locais impõe à Administração o dever de cautela na definição de uma estrutura mínima que garanta a eficácia do monitoramento. A disponibilidade de ao menos três veículos é, portanto, uma medida indispensável de gestão de riscos, pois assegura a capilaridade necessária para intervenções rápidas em pontos críticos, evitando que o patrimônio público fique desguarnecido em áreas de difícil acesso ou durante horários de maior incidência de sinistros, onde frotas reduzidas seriam incapazes de manter o tempo de resposta (SLA) exigido.

2.3. Experiência Administrativa:

O atual contrato de monitoramento do município já dispõe dessa prerrogativa estrutural de viaturas. Mediante levantamento interno conduzido pela DTI, ficou demonstrado que suprimir ou remover a obrigatoriedade dos 03 veículos e da base de apoio local acarretará severos prejuízos à Administração Pública. Uma frota inferior inviabiliza o cumprimento do tempo de resposta (SLA) exigido para deslocamentos rápidos, especialmente diante de eventuais disparos simultâneos de alarmes em



extremos opostos da cidade, tornando o serviço ineficiente e deixando o patrimônio desguarnecido.

2.4. Natureza do Serviço:

Por se tratar de monitoramento 24h com equipe de plantão para sinistros, o quantitativo de veículos é um requisito de capacidade operacional indispensável para a mitigação de danos ao patrimônio público.

É imperativo destacar que o objeto licitado não se limita à observação passiva, mas compreende um sistema de monitoramento ininterrupto (24h) com exigência de prontidão imediata para intervenção em sinistros. Nesse contexto, o quantitativo de veículos deixa de ser uma mera escolha logística para se tornar um requisito de capacidade operacional indispensável à eficácia da prestação. A garantia de meios físicos para o deslocamento é o que viabiliza a resposta tática necessária para a mitigação de danos ao patrimônio público, assegurando que a equipe de plantão possua os recursos críticos para interromper ações criminosas em tempo real. Sem essa estrutura mínima, o serviço correria o risco de tornar-se meramente contemplativo e inócuo, falhando em sua missão precípua de resguardar os ativos municipais contra invasões, furtos e vandalismo.

2.5. Proporcionalidade e Razoabilidade da Exigência:

A manutenção do quantitativo de 03 (três) veículos revela-se uma medida inteiramente proporcional à complexidade e à responsabilidade inerentes ao serviço, uma vez que a estrutura mínima exigida é o que garante a capacidade de atendimento simultâneo em uma rede de 67 instalações dispersas. Tal requisito não configura restrição indevida, mas sim uma cautela necessária para mitigar riscos operacionais críticos, assegurando que a futura contratada possua prontidão logística para proteger o patrimônio público de forma ininterrupta. Ao priorizar a segurança e a eficiência, a Administração exerce seu dever de cautela, visto que a exclusão dessa exigência fragilizaria a execução contratual e deixaria o interesse público vulnerável a falhas de cobertura em situações de múltiplos sinistros, justificando-se, portanto, a preservação do item para a plena garantia da execução do objeto.

2.6. Da Discricionariedade da Administração:

A definição das especificações técnicas e dos requisitos de capacidade operacional insere-se no âmbito da discricionariedade do Administrador Público, a quem compete avaliar, sob os critérios de conveniência e oportunidade, quais exigências são



indispensáveis para o pleno atingimento do interesse público. No caso em tela, a opção pela manutenção de 03 (três) veículos não configura um ato arbitrário, mas sim o exercício legítimo do mérito administrativo, pautado pela necessidade de garantir que a futura contratada possua meios materiais compatíveis com a magnitude do objeto.


O Tribunal de Contas da União (TCU) reconhece que o gestor público é quem detém o conhecimento técnico sobre as particularidades e vulnerabilidades de sua jurisdição, possuindo autonomia para estabelecer parâmetros mínimos de execução que assegurem o adimplemento contratual. Portanto, ao fixar essa estrutura mínima, a Administração não está restringindo a competitividade de forma indevida, mas sim exercendo seu dever-poder de selecionar uma proposta que não seja apenas a de menor preço, mas aquela que ofereça a segurança técnica e a prontidão logística necessárias para a proteção efetiva do patrimônio municipal, evitando contratações temerárias que coloquem em risco a continuidade do serviço essencial de segurança.

DA DECISÃO

Portanto, considerando a motivação técnica, respeitados os preceitos e normas das Lei Federal nº 14.133/21, a Pregoeira Oficial do Município de João Monlevade, juntamente com o técnico responsável, decidem **NEGAR PROVIMENTO** ao pedido de impugnação interposto pela empresa **PROTEKTO SEGURANÇA ELETRÔNICA**, devendo o edital e anexos se manterem inalterados.

João Monlevade, 28 de abril de 2026


Carmem Augusta Braga Maciel
Pregoeira Oficial

Marlon Leandro Ponciano Pereira
Tecnologia da Informação
Município de João Monlevade

Marlon Leandro Ponciano Pereira
Responsável Técnico (DTI)



PARECER Nº 234 / 2.026.

Referência: Pregão Eletrônico nº 09/2026.

Procedência: Secretaria Municipal de Administração.

Interessado/Impugnante: "PROTEKTO SEGURANÇA ELETRÔNICA".

Data: 28/04/2026.

EMENTA:

"IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - CLÁUSULAS EDITALÍCIAS - ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A PRECEITOS LEGAIS E CONSTITUCIONAIS - OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS VINCULADORES DA CONDUTA DO ADMINISTRADOR PÚBLICO - CONSIDERAÇÕES".

CONSULTA

A Secretaria Municipal de Administração encaminha para a Procuradoria Jurídica do Município de João Monlevade solicitação de parecer jurídico para verificação da legalidade quanto ao pedido de **impugnação ao edital** realizado pela empresa "PROTEKTO SEGURANÇA ELETRÔNICA".

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no **controle prévio de legalidade**, conforme inclusive estabelece o atual artigo 53, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos - NLLC), não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Ainda, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação (Acórdão nº 1492/2021 - TCU PLENÁRIO).

Recebida a solicitação, passamos a opinar.

PARECER

Inicialmente cumpre esclarecer que a **Lei Federal nº 14.133/2021**, que rege os contratos e as licitações da Administração Pública, estabelece, em seu artigo 2º, a necessidade do processo licitatório antes de se contratar com terceiros. Explicita, ainda, em seu artigo 5º, *caput*, que:

"Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)."

A exigibilidade é a regra geral, conforme também dispõe a Constituição Federal:

"Art. 37, XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

A licitação atua como o procedimento que precede o contrato administrativo, e tem por objetivo permitir a apresentação de propostas por todas as pessoas interessadas, possibilitando, consequentemente, a escolha daquela que será mais vantajosa para a Administração, gestora dos interesses públicos.

Assim, tanto para a aquisição de bens quanto para a prestação de serviços, é exigida da Administração Pública a observância da regra da obrigatoriedade das licitações como pressuposto dos contratos, restando toda a formulação da contratação registrada nos termos do edital e do contrato administrativo firmados com o contratante, restando as partes vinculadas aos termos pactuados.

No caso específico dos autos, a Administração Municipal promoveu a publicação do edital do Pregão Eletrônico 09/2026, cujo objeto é a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE



SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA”.

Por sua vez, após a publicação do edital a impugnante *PROTEKTO SEGURANÇA ELETRÔNICA* apresentou IMPUGNAÇÃO ao edital, alegando em síntese que o edital envolve instalação e manutenção de sistemas (CFTV, alarmes e sensores) em dezenas de prédios públicos e que a magnitude do projeto exige responsabilidade analítica exclusiva de engenheiros. Além disso, alega que a permissão para técnicos responderem por projetos desta escala comprometeria a segurança estrutural e operacional pretendida pela Administração. Ressalta que o CREA (Engenheiros) possui atribuições superiores ao CRT/CFT (Técnicos), sendo o primeiro o único capacitado para a responsabilidade civil e técnica em serviços complexos.

Por fim narra que a exigência contida no item 4.2 do Termo de Referência é um fator que limita a participação de empresas, sugerindo que a Administração deveria focar apenas no tempo de resposta (SLA).

Em resposta à impugnação, a área técnica, através do Gestor de Tecnologia da Informação emitiu parecer técnico negando provimento ao pleito da impugnante. O processo foi então encaminhado a esta Procuradoria Municipal para análise jurídica e emissão de parecer conclusivo.

FUNDAMENTAÇÃO

Alegou inicialmente a impugnante que o edital envolve instalação e manutenção de sistemas (CFTV, alarmes e sensores) em dezenas de prédios públicos e que a magnitude do projeto exige responsabilidade analítica exclusiva de engenheiros.

Contudo, a Resolução nº 111 de 08 de outubro de 2020 dispõe que fica assegurado aos profissionais técnicos em Eletrônica a competência para:

Art. 3º. Nos termos da legislação em vigor, desde que compatíveis com a sua formação fica assegurado aos profissionais Técnicos em Eletrônica as seguintes competências:

1 - desenvolver e montar sistema eletrônico, realizar a manutenção de circuitos e sistemas eletrônicos seguindo normas técnicas, ambientais de qualidade saúde e segurança do trabalho;

11- projetar circuitos eletrônicos;

111- montar circuitos eletrônicos;

IV - planejar a manutenção de sistemas eletrônicos industrial, comercial, residencial e automotiva;

V - executar, controlar e avaliar o desempenho da manutenção em circuitos e sistemas eletrônicos industrial, comercial, residencial e automotiva;

(...)

Neste sentido, a Administração Pública rege-se pelos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa. Restringir a responsabilidade técnica apenas a engenheiros, quando a legislação federal e as resoluções de classe garantem tal direito aos técnicos, configuraria uma restrição indevida à competitividade. Tal medida limitaria injustificadamente o número de licitantes aptos, podendo elevar os custos da contratação sem que haja um ganho técnico comprovado, visto que ambos os profissionais (Engenheiros e Técnicos) possuem atribuições legais para o objeto em questão.

Por outro lado, alega a impugnante que a exigência contida no item 4.2 do Termo de Referência é um fator que limita a participação de empresas, sugerindo que a Administração deveria focar apenas no tempo de resposta (SLA).

Inicialmente cumpre ressaltar que a Administração Pública atua dentro de seu poder discricionário, pautada pelo princípio da Eficiência Administrativa.

Conforme detalhado no Termo de Referência, o setor demandante esclareceu que o Município de João Monlevade possui 67 (sessenta e sete) prédios públicos distribuídos em vasta área geográfica. Por sua vez, Levantamentos da Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) indicam que diversas unidades estão em áreas isoladas ou de risco, com alta incidência de tentativas de furto e invasão.

Informou ainda que o atual contrato de monitoramento do município já dispõe dessa prerrogativa estrutural de viaturas. Mediante levantamento interno conduzido pela DTI, ficou demonstrado que suprimir ou remover a obrigatoriedade dos 03 veículos e da base de apoio local **acarretará severos prejuízos à Administração**



Pública. Uma frota inferior inviabiliza o cumprimento do tempo de resposta (SLA) exigido para deslocamentos rápidos, especialmente diante de eventuais disparos simultâneos de alarmes em extremos opostos da cidade, tornando o serviço ineficiente e deixando o patrimônio desguarnecido.

Por fim, afirmou que de monitoramento 24h com equipe de plantão para sinistros, o quantitativo de veículos é um requisito de capacidade operacional indispensável para a mitigação de danos ao patrimônio público, motivo pelo qual o quantitativo de veículos deixa de ser uma mera escolha logística para se tornar um requisito de capacidade operacional indispensável à eficácia da prestação.

Desta forma, ao fixar suas exigências, a Administração está agindo sob o pálio da discricionariedade ao fazer valer as normas do edital, dentro do limite do legal e do legítimo, as quais não têm o condão de frustrar o caráter competitivo da licitação, pelo contrário, apenas de garantir os objetivos previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/21.

Ao elaborar o Edital, a Administração, que possui discricionariedade, é livre, pois busca atender o interesse coletivo, sendo que a regra geral é sempre a mesma: não poderão ser impostas exigências excessivas ou inadequadas.

Analisando as alegações da impugnante, constata-se que a exigência que o recorrente questiona, nada mais é do que garantia da Administração Pública de contratar um serviço eficiente.

Com efeito, entendemos que não há violação aos princípios da restrição à competitividade.

CONCLUSÃO

Em conclusão, **OPINAMOS pelo NÃO ACOLHIMENTO da IMPUGNAÇÃO** apresentada pela PROTEKTO SEGURANÇA ELETRÔNICA ao Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2026, Processo Licitatório nº 33/2026.

Registra-se que o presente parecer limitou-se a analisar a regularidade do procedimento sob a ótica jurídica prescrita pela Lei de Licitações, não se imiscuindo o parecerista no juízo de conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, econômica ou administrativa, por se tratarem de atos ilegítimos e estranhos à atuação deste órgão de Assessoria Jurídica, tomando por base exclusivamente os elementos jurídicos que integram o procedimento.

Salvo melhor juízo, é o parecer que submetemos a elevada apreciação superior.


FREDERICO MAGALHÃES PESSOA
Diretor de Procuradoria
OAB/MG 116.476

ALCEMAR DA COSTA E SILVA
Procurador Municipal
OAB/MG 99.556

